

CONSIDERAÇÕES SOBRE O INGRESSO DE UMA PROFESSORA NO SISTEMA PÚBLICO DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Ingrid Anelise Lopes. (Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília). Eixo temático 1: Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica.

Resumo

Neste texto apresenta-se uma descrição sobre o ingresso de uma professora no Sistema Público de Educação Básica do Estado de São Paulo. Com o objetivo de vivenciar e compreender o atual processo de ingresso de uma professora nesse sistema, apresenta-se uma experiência sobre esse processo, especificamente o caso de uma professora de Classe Regida por Professora Especializada. Assim, são descritas, a partir das vivências dessa professora na escola na qual atua, como foram os primeiros dias de trabalho e a sua relação com aspectos que envolvem sua função de professora. Os dados sugerem, em resultados parciais, que o processo de ingresso de professores e professoras no Sistema de Educação Básica do Estado de São Paulo ocorre de modo a não oferecer a essas profissionais condições adequadas de trabalho.

Palavras-chave: Formação de professores. Educação Básica. Ingresso.

Introdução

Neste texto, são apresentados resultados parciais de atividades em desenvolvimento junto a uma escola estadual do interior paulista. Foi estabelecido como objetivo vivenciar e compreender o atual processo de ingresso de uma professora no Sistema Público de Educação Básica do Estado de São Paulo.

Deste modo, acompanha-se o processo de ingresso de uma professora de Educação Básica em uma Classe Regida por Professora Especializada (CRPE)ⁱ de uma escola estadual do interior de São Paulo. O acompanhamento ocorre a partir de registros em um caderno denominado por “Diário de Bordo” da própria professora.

Até o momento, foram reunidas as informações apresentadas neste artigo, as quais possibilitam identificar algumas características do processo de ingresso no sistema mencionado, no que se refere aos seguintes aspectos: formação da professora da CRPE, aspectos sobre momentos que antecedem ao primeiro dia

de trabalho dessa professora, sobre os primeiros dias de seu trabalho, e características dos estudantes dessa classe.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos são provenientes de ações previstas para a função docente na Classe Regida por Professora Especializa e de ações de iniciativa da própria professora.

As atividades em andamento consistem em avaliar o desenvolvimento dos estudantes matriculados na CRPE da escola, planejar e ministrar aulas diárias para estes estudantes, participar de atividades em Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), bem como a elaboração de sínteses das vivências, reflexões sobre as atividades desenvolvidas e planejamento das próximas etapas.

Utilizam-se, ainda, por iniciativa da própria professora, seus registros diários das observações *na* e *sobre* a CRPE da escola, de um caderno denominado por “Diário de bordo”.

Resultados e discussões

1. Aspectos sobre a professora da CRPE

A professora, no ano de 2006 concluiu o curso de Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília. No ano seguinte, nesta universidade, ingressou na habilitação em Educação Especial, área da Deficiência Intelectual, que concluiu em 2008. No ano de 2009, também na UNESP, ingressou no Programa de Pós-Graduação em Educação, no curso de Mestrado (área de concentração Ensino da Educação Brasileira; Linha de Pesquisa Educação Especial no Brasil). Em 2011 concluiu o curso de Mestrado, e nesse ano foi convocada para assumir a função de professora em uma CRPE em uma escola pública do interior de São Paulo, na qual atua e registra as suas vivências em “Diário de Bordo”.

2. Aspectos sobre momentos que antecederam ao ingresso da professora

Após aprovação em concurso público, e convocação para assumir a função de Professora de Educação Básica II (professora de educação especial – área da deficiência mental^{II}), a professora solicitou prorrogação de posse e de exercício, de modo a iniciar sua função após o início do ano letivo de 2011. Ao solicitar as prorrogações na escola soube pelo então diretor da escola, que foi a ela atribuída uma Classe Regida por Professora Especializada. O diretor solicitou-lhe presença no local de trabalho dias antes de iniciar a sua função para que conhecesse o grupo de estudantes e o trabalho desenvolvido pela então professora.

Seguindo as orientações do diretor da escola, 5 dias antes de iniciar o exercício da função a professora entrou em contato com a Coordenadora Pedagógica solicitando orientações para visitar a escola. Ficou combinada uma visita para o após dois dias. Com o objetivo de conhecer os estudantes e a rotina de trabalho da CRPE a professora foi à escola e apresentou-se à Coordenadora Pedagógica, quem a levou até a classe onde iniciaria a sua função, e a apresentou para a então professora e para os estudantes. Ao conhecê-la, parte dos estudantes deixou de realizar o que estava realizando e dispusera-se a conversar e caminhar pela sala.

Ao compreender que o objetivo da visita não seria atendido devido à mudança da rotina e conseqüentemente à mudança de comportamentos dos estudantes, a nova professora deixou a sala e voltou a conversar com a Coordenadora Pedagógica, a quem solicitou informações sobre os estudantes. Informada sobre os prontuários dos estudantes, na secretaria da escola, a professora leu dois desses prontuários, e deixou os demais para ler no dia seguinte. Para tanto, a professora permaneceu na escola por duas horas consecutivas.

Então, no dia seguinte, faltando um dia para iniciar o exercício da função, novamente em visita a escola, com o objetivo de conhecer alguns aspectos sobre o desenvolvimento dos estudantes da CRPE, a professora leu o prontuário de mais quatro estudantes, permanecendo na escola por cinco horas consecutivas. Ao ler as informações, a professora registrou algumas delas em um quadro de identificação e informações sobre o desenvolvimento dos estudantes,

informações a serem utilizadas para a elaboração de um Planejamento de Pedagógico. Vale apontar que a permanência na escola foi uma disposição da professora, e não uma obrigação por sua função.

Para elaborar atividades para os primeiros dias de aula, a professora solicitou a outra professora o Planejamento Pedagógico elaborado para a classe. Foi-lhe entregue um “caderno de planejamento de atividades diárias” já realizadas onde constavam “conteúdos de ensino” e tarefas realizadas. A professora recebeu também o caderno de alguns estudantes. Assim, observou o “caderno de planejamento de atividades diárias” e cadernos de alguns estudantes, e a partir desses, elaborou as atividades seguindo a proposta de trabalho da então professora.

4. Aspectos sobre os primeiros dias de aula

Numa sexta feira, a professora iniciou a sua função junto a CRPE, das 7h as 11:30h. No primeiro dia de aula, sozinha com a turma, realizou as tarefas elaboradas previamente. Ao término da aula, ao considerar que os demais professores utilizam materiais do *Programa Ler e Escrever*ⁱⁱⁱ para elaborar Planjamentos Pedagógicos, a professora da CRPE solicitou à Coordenadora Pedagógica materiais desse programa afim de estudá-los e elaborar um Planejamento Pedagógico anual, a partir do qual pudesse sistematizar os objetivos e conteúdos a serem desenvolvidos com a classe, bem como procedimentos de avaliação. Porque na CRPE em questão há estudantes com diferentes idades (variando entre 6 e 16 anos de idade), a professora solicitou todo material do *Programa Ler e Escrever* (do 1º ao 5º ano) à guisa de atender a todos estudantes por meio de Documento Individual de Adequação Curricular^{iv}.

A professora recebeu o material, e permaneceu na escola além do seu período de trabalho (até as 17:30h), reorganizou o espaço físico da sala de aula, quando retirou do armário um acervo de 47 livros (entre eles, livros de literatura, enciclopédias e livros didáticos), 33 gibis e 19 revistas, e os dispôs na posição vertical, apoiados em caixas de papelão, sobre uma mesa ao fundo da sala. Organizou ainda carteiras e cadeiras de modo a formar grupos de quatro estudantes; reorganizou a distribuição de materiais em um armário e retirou alguns materiais que considerou não mais utilizável.

Durante a primeira semana de trabalho, a professora permaneceu na escola no período da tarde, quando das 13h às 16h desses dias leu o prontuário de todos os estudantes, e registrou informações sobre o desenvolvimento deles em quadros para elaboração de Documento Individual de Adequação Curricular.

Por semana, a professora conta com 5 horas de trabalho pedagógico, que devem ser cumpridas em duas modalidades: as que devem ser cumpridas na escola para a realização de reuniões, de outras atividades pedagógicas, de estudos e de atendimento a pais de alunos (2 horas); e as que devem ser cumpridas em local de livre escolha destinadas à preparação de aulas e à avaliação do desempenho escolar dos alunos (3 horas). (SÃO PAULO, 1997).

Ao considerar que a professora ficou na escola 5 dias da semana, por 3 horas em cada dia (totalizando 15 horas em uma semana), as horas de trabalho pedagógico prevista para a sua função (3 horas por semana) não foram suficientes para que a professora pudesse ler o prontuário de todos os estudantes da CRPE de modo a desde a primeira semana conhecer o histórico escolar e aspectos do desenvolvimento deles; e sobretudo, elaborar o Planejamento Pedagógico.

Nas semanas seguintes a professora permaneceu na escola para cumprir todas as suas horas de trabalho pedagógico, quando participou da Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), por duas horas, e as demais horas para elaboração de aulas e avaliação do desempenho escolar dos estudantes. Com 5 horas, a professora conseguiu realizar parte dessas atividades previstas, mas não foi possível estudar o material do *Programa Ler e Escrever*, necessário à elaboração dos Documentos Individuais de Adequação Curricular para os estudantes.

Após a leitura dos prontuários de todos os estudantes da classe, a professora sistematizou informações importantes sobre o grupo, as quais são apresentadas a seguir.

4. Aspectos sobre os estudantes da CRPE

A classe é composta por um grupo de 16 estudantes, 6 do gênero feminino e 10 do masculino. A variação de idade é de 6 a 16 anos de idade. Os estudantes foram encaminhados para a classe por diferentes profissionais, nem todos

habilitados para o exercício de funções na área da educação, sendo que 4 estudantes foram encaminhados por médicos. Há também estudantes encaminhados por profissionais da educação (diretores de escola), 7 estudantes. Sobre os demais, não há registros sobre o encaminhamento.

Vale apontar que dos 7 alunos encaminhados por diretores de escola, dois não foram encaminhados para a CRPE, mas para classe comum e sala de recursos^v. Sobre o ingresso dos estudantes na classe a professora constatou que ocorreram em diferentes idades. Há estudantes (dois) que ingressaram na CRPE aos 6 anos de idade; seis estudantes ingressaram aos 7 anos de idade; quatro, aos oito anos; e os demais, com 9 ou mais anos de idade.

Sobre o tempo de frequência dos estudantes em classe comum (antes do ingresso na CRPE), foram constatadas as seguintes informações: um estudante frequentou classe comum por menos de um ano; oito, frequentaram por um ano; quatro estudantes frequentaram a classe comum por dois anos; um, não frequentou essa classe; e sobre dois estudantes não há registros sobre esse aspecto.

Sobre o tempo de permanência dos estudantes na CRPE, a professora localizou informações de que há estudantes que permanecem na classe há 8 anos; três estão na classe há 7 anos; um estudante, há cinco anos. Dois estudantes permanecem, há 3 anos; dois, há 2 anos; seis há 1 ano; e uma estudante ingresso neste ano de 2011.

Sobre a avaliação do desempenho escolar, foram localizadas as seguintes informações sobre essa avaliação após o ingresso do estudante na CRPE: uma parte expressiva dos estudantes não tem registros de avaliações pedagógicas em seus prontuários escolares – 7 estudantes. Os demais, contam com avaliações de dois anos ou menos.

Considerações finais

Os resultados apresentados neste texto se baseiam em um estudo ainda em andamento. Ainda assim, esses resultados parciais permitem refletir sobre aspectos observados no processo de ingresso de uma professora no Sistema

Público de Educação Básica do Estado de São Paulo. Dentre esses, destacam-se:

- a) a ausência de uma proposta do Sistema Público de Educação Básica do Estado de São Paulo sobre o ingresso da professora de maneira que antes de esta iniciar as aulas com os estudantes da classe pudesse conhecê-los bem como conhecer o histórico escolar de cada um, não por disposição individual, mas por uma exigência e reconhecimento a sua função.
- b) a insuficiência de tempo de trabalho pedagógico para que a professora possa realizar atividades necessárias a sua função sem depender apenas de sua disposição e condição individual.
- c) o ingresso da professora sem um processo de transição paulatino tanto aos estudantes que passam a contar com uma nova professora em sala de aula, quanto para a professora que passa a vivenciar a prática do magistério pela primeira vez.

Por estes aspectos, a descrição aqui apresentada permite contemplar os objetivos propostos para este texto, de modo a possibilitar, ainda que singela, uma compreensão sobre o processo de ingresso de uma professora no sistema mencionado, especificamente em uma CRPE de uma escola do interior paulista, bem como sobre as atribuições dessa professora e o modo como ela tem desempenhado-as. Esses aspectos sugerem que o processo de ingresso de professores e professoras no Sistema Público de Educação Básica do Estado de São Paulo é um processo que não prevê a necessidade de transição paulatina para os estudantes e para professoras e professores, de modo que pode ser compreendido como um processo que não é considerado como etapa de formação para o magistério, mas de exercício. Isso porque a professora ingressante foi tratada como uma profissional que após anos de estudos universitários está apta para assumir a função de professora, quando em um dia uma professora que a tempos trabalhava com a turma despediu-se com *tchau*, e no dia seguinte, de repente, a nova professora apresentou-se com *bom dia*; e que por disposição e condição própria, a nova professora soube, ao menos, os nomes dos estudantes com antecedência; que por disposição e condição própria busca organizar o trabalho pedagógico de modo a atender as necessidades

educacionais dos estudantes trabalhando além da carga horária prevista para o trabalho pedagógico. Esses aspectos sugerem, portanto, ausência de condições adequadas de trabalho e o ingresso de professores e professoras no sistema mencionado, como uma forma brutal de tratar o *novo* ou a *nova* professora.

Por fim, realizar atividades que são fundamentais para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico adequado não pode depender de *disposições e condições individuais*. Deve sim, ser política educacional.

Referências

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado da Educação. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. *Programa Ler e Escrever*: apresentação. São Paulo: SEE/FDE, 2007. Disponível em: <<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/SysPublic/InternaPrograma.aspx?alkfjlkklkjaslkA=260&manudjsns=0&tpMat=0&FiltroDeNoticias=3>>. Acesso em: 1 maio 2011.

_____. Resolução nº 11, de 31 de janeiro de 2008. Dispõe sobre a educação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas. Disponível em: <http://demarilia.edunet.sp.gov.br/.../Res_SE_11_2008_alterada_pela_Res_31_2008.doc>. Acesso em: 5 maio 2011.

_____. Lei complementar nº 836/1997. Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas. Disponível em: <<http://www.diariooficial.hpg.com.br/leicomplementar8361997.htm>>. Acesso em: 1 maio 2011.

ⁱ O funcionamento das CRPE nas escolas estaduais paulistas é regido pelas disposições da Resolução nº 11, de 31 de janeiro de 2008, da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, a qual “*dispõe sobre a educação escolar de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual de ensino e dá providências correlatas*” (SÃO PAULO, 2008). A seguir são apresentados alguns trechos dessa Resolução, trechos especificamente sobre as CRPE.

Art. 9º - Os alunos que não puderem ser incluídos em classes comuns, em decorrência de severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla, ou mesmo apresentarem comprometimento do aproveitamento escolar em razão de transtorno invasivo do desenvolvimento, poderão contar, na escola regular, em caráter de excepcionalidade e transitoriedade, com o atendimento em classe regida por professor especializado, observado o disposto no parágrafo único do art 4º da Deliberação da CEE 68/07.

§ 1º - Esgotados os recursos pedagógicos necessários para manutenção do aluno em classe regular, a indicação da necessidade de atendimento em classe regida por professor especializado deverá resultar de uma avaliação multidisciplinar, a ser realizada por equipe de profissionais indicados pela escola e pela família.

§ 2º - O tempo de permanência do aluno na classe regida por professor especializado dependerá da avaliação multidisciplinar e de avaliações periódicas a serem realizadas

pela escola, com participação dos pais e do Conselho de Escola e/ou estrutura similar, com vistas a sua inclusão em classe comum.

§ 3º - O caráter de excepcionalidade, de que se revestem a indicação do encaminhamento dos alunos e o tempo de sua permanência em classe regida por professor especializado, será assegurado por instrumentos e registros próprios, sob a supervisão do órgão competente.

ⁱⁱ Embora o termo *deficiência intelectual* atualmente substitua o termo *deficiência mental*, neste texto é utilizado *deficiência mental* porque este é ainda utilizado no Sistema Público de Educação Básica do Estado de São Paulo.

ⁱⁱⁱ “Mais do que um programa de formação, o Ler e Escrever é um conjunto de linhas de ação articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se dessa forma como uma política pública para o Ciclo I, que busca promover a melhoria do ensino em toda a rede estadual”. (SÃO PAULO, 2011).

^{iv} Embora os estudantes com idade superior a 10 anos, tenham idade correspondente ao 6º ano em diante, a professora é habilitada para atuar com turmas do 1º ao 5º ano, por isso sua solicitação por materiais previstos para o trabalho pedagógico com essas turmas.

^v A sala de recurso é um Serviço de Apoio Pedagógico Especializado (SAPE), implementado por meio de “atendimento prestado por professor especializado, em sala de recursos específicos, em horários programados de acordo com as necessidades dos alunos, e, em período diverso daquele que o aluno frequenta na classe comum, da própria escola ou de outra unidade” (SÃO PAULO, 2008).